

O crime socioambiental em Maceió decorrente da exploração de sal-gema¹

Socio-environmental crime in Maceió resulting from the exploitation of rock salt

Luana Cavalcante PINHO

 <https://orcid.org/0009-0006-6624-3576>

Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social,
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Maceió, AL, Brasil
e-mail: lua.c.pinho@gmail.com

Resumo: O artigo investiga o crime socioambiental decorrente da mineração de sal-gema em Maceió, Alagoas. Ampara-se em bibliografias que analisam a economia alagoana, com foco na indústria química do estado, além de documentos que tratam aspectos diversos do crime. Traça-se o histórico da implantação da indústria química alagoana, evidenciando que os riscos ambientais decorrentes da atividade foram ignorados, mesmo sendo conhecidos desde o princípio, o que resultou na necessidade de evacuar a região afetada, ocasionando o deslocamento de cerca de 60 mil pessoas. Analisam-se também os desdobramentos do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, que indeniza os afetados diretamente pelo crime. Constatou-se que a população afetada majoritariamente buscou se fixar em Maceió e em sua região metropolitana, o que contribuiu para inflacionar os preços dos imóveis na cidade.

Palavras-chave: Polo cloroquímico alagoano. Extração de sal-gema. Crime socioambiental. Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação.

Abstract: The article investigates socio-environmental crime resulting from rock salt mining in Maceió, Alagoas. It is supported by bibliographic sources that analyse Alagoas's economy — focusing mainly on the state's chemical industry — and documents covering various aspects of the crime. The paper traces the history of the chemical industry's implementation in Alagoas, revealing that the environmental risks from the activity were disregarded despite early awareness. This led to the evacuation of the affected region and the displacement of approximately 60 thousand people. The article also examines the developments of the Financial Compensation and Relocation Support Programme, designed to compensate those directly affected by the crime. The majority of the affected population sought resettlement in other neighbourhoods of Maceió and its metropolitan region, contributing to inflated property prices in the city.

Keywords: Alagoas Chloro-chemical Hub. Rock salt extraction. Socio-environmental crime. Financial Compensation and Relocation Support Programme.

INTRODUÇÃO

Maceió, capital de Alagoas, vivencia uma situação bastante particular ao ser palco de um crime socioambiental sem precedentes na história do país. Este cenário se estabeleceu a partir de março de 2018, quando as primeiras consequências do crime ganharam relevo após tremores de terra serem sentidos no bairro do Pinheiro e adjacências. Com o tempo, pesquisas concluíram que os tremores, assim como as rachaduras que partiam ruas e casas, tinham como origem a mineração predatória de sal-gema para benefício da indústria química, atualmente administrada pela empresa Braskem.

¹ Este artigo é resultado de estudos financiados com bolsa de doutorado da Capes.

Neste artigo, a palavra *crime* designa o processo em curso em Maceió, diferentemente do vocabulário utilizado pela Braskem, em que é nomeado como evento ou fenômeno geológico, e da imprensa, que o noticia sob a alcunha de desastre ou tragédia. Tais nomenclaturas merecem ser problematizadas por desvirtuarem e até mesmo suavizarem o que ocorre em Maceió, escamoteando as ações e omissões que desencadearam o maior crime socioambiental em área urbana da história brasileira. O que se defende é o abandono dos eufemismos para que a situação seja tratada tal como é em sua natureza: um crime ambiental, conforme Prates, Padilha e Souza (2022).

O objetivo central é investigar o crime socioambiental que se passa em Maceió, proveniente da mineração de sal-gema para subsidiar a indústria química alagoana. Para tal, divide-se este trabalho em duas seções, sendo a primeira voltada a traçar o histórico da implantação da indústria química em Alagoas, visando explicar como este crime se processou silenciosamente no subsolo maceioense durante quatro décadas. Para isso, ampara-se nos estudos de Lustosa (1997), Lopes (2018a; 2018b), Diodato (2017), Vieira (1997), Machado e Lima (2016), entre outros. Além das fontes bibliográficas mencionadas, também foi consultado o estudo elaborado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) (Brasil, 2019) que avaliou a instabilidade do solo dos bairros e atestou que a mineração era a causa da problemática.

Na segunda seção, debatem-se os desdobramentos do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, apontando alguns dos impactos dos deslocamentos ocorridos nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol, o que se justifica porque nestes bairros estão situados os imóveis incluídos no programa de indenizações. Para isso, consultaram-se informações contidas no *site* da Braskem, em reportagens de diversos veículos de imprensa *online*, na pesquisa de Santos, Bulhões e Lima (2022); também foram consultados os documentos elaborados pela Diagonal (2022a; 2022b) e o dossiê crítico organizado por Prates, Padilha e Souza (2022).

A CRONOLOGIA DO CRIME SOCIOAMBIENTAL EM MACEIÓ

Nesta primeira seção, enfoca-se a cronologia do crime socioambiental em curso em Maceió, começando pelo dia 3 de março de 2018, quando os moradores do bairro Pinheiro e de bairros vizinhos sentiram um tremor no solo. Após este abalo, ocorreram afundamentos e a abertura de crateras no asfalto das ruas desses bairros. Também ficaram evidentes rachaduras em construções residenciais e comerciais, causando espanto na população, pois tremores de terra não são comuns no Brasil, mas uma parcela dos maceioenses vivenciara tal episódio. Então, o que teria feito tremer o solo da capital alagoana?

Para responder a essa questão faz-se necessário contar a história da mineração de sal-gema² em Alagoas. A descoberta do minério aconteceu quando as sondas do Conselho Nacional de Petróleo perfuraram os manguezais da região do Mutange em 1941, encontrando ali um leito de sal-gema de alta pureza. A descoberta não foi imediatamente explorada, sendo o pioneiro nisso Euvaldo Freire de Carvalho Luz, que obteve autorização para exploração de halita em

² Teixeira et al. (2020, p. 31) explica que “o sal que nós conhecemos, NaCl, abrange o sal-gema e o sal marinho”. Também conhecido como halita, o mineral é uma importante matéria-prima na indústria química, destacando-se como a principal fonte de cloro e de seus derivados, além de sua utilização na alimentação.

1966. No ano seguinte, foram realizados estudos geológicos que identificaram um conteúdo de 3 bilhões de toneladas de sal-gema nas minas, mas deste montante, apenas 125 milhões de toneladas constituíam a reserva recuperável: havia indícios de que a exploração poderia acarretar o afundamento do solo do bairro de Bebedouro (Lustosa, 1997).

A extração ganha impulso definitivo em 1976, com a implantação da Salgema³ para produção de cloro e soda cáustica na fábrica localizada no bairro do Pontal da Barra, região sul de Maceió. Associadas à Salgema, constituíram-se na década de 1980, no tabuleiro de Marechal Deodoro, região metropolitana da capital, as demais empresas que formariam o Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA), que nesse momento aglomerava empresas de 1ª (matérias-primas) e 2ª geração (insumos industriais) voltadas para a integração e complementaridade do setor químico nacional (Lopes, 2018a, p. 1). Mais recentemente foram agregadas ao PCA empresas de 3ª geração, cuja atividade transforma os insumos industriais trabalhados pelas empresas de 2ª geração em produtos finais, estabelecendo assim a Cadeia Produtiva da Química e do Plástico de Alagoas (Diodato, 2017, p. 16).

A localização da fábrica no Pontal atendia a alguns requisitos necessários ao empreendimento, como sua proximidade da matéria-prima e do porto que escoava sua produção, além da proximidade de corpos de água para o lançamento dos efluentes líquidos (Vieira, 1997, p. 16). Foram ali instaladas as unidades industriais da Salgema para o beneficiamento de soda/cloro, dicloreto e eteno. A implantação da indústria química alagoana foi uma realização da ditadura empresarial-militar, que tinha como presidente à época o general Ernesto Geisel, contando com o apoio do governador do estado, Divaldo Suruagy. Naquele momento, a exploração do sal-gema levantou calorosos debates, visto que a atividade poderia trazer sérios problemas ambientais para Maceió, bem como danos à saúde da população.

Cumprir mencionar o risco ambiental que a instalação da Salgema trouxe ao Pontal da Barra, pois aquela é uma área ambientalmente sensível, uma vez que a região é uma restinga, próxima ao encontro da laguna Mundaú com o mar. Sobre a unidade instalada no Pontal da Barra, destaca-se que:

Sua presença no cenário urbano impõe riscos à população de Maceió, decorrentes das possibilidades de acidentes e vazamentos, com escapamento de cloro e outros gases (*sic*), explosões de materiais como o eteno, incêndios, poluição do mar e das lagoas, e degradação de área de grande potencial turístico – o Pontal da Barra – e também em consequência de efeitos poluentes de seus efluentes líquidos (ácido clorídrico, sulfúrico, cloreto de sódio, cálcio, magnésio e ferro), da lama de amianto resultante da fabricação dos diafragmas das células, e dos efluentes gasosos (hidrogênio, cloro, ácido de enxofre). (Vieira, 1997, p. 26).

A presença da indústria acarreta problemas que se verificam no transcorrer do tempo, cujo perigo está no fato de eles se processarem silenciosamente. Vieira (1997) aponta que os organoclorados produzidos e estocados na fábrica são produtos ecotoxicológicos com “[...]”

³ Salgema S/A foi a empresa estatal fundada em 1976 e que até 1995 estava sob o controle da Petroquisa, grupo Petrobras. A primeira mudança de nome da empresa é consequência de sua privatização, ocorrida na década de 1990, quando o grupo Odebrecht, atual Novonor, adquiriu o controle de várias empresas do setor, inclusive a Salgema. Isso fez com que a empresa passasse a se chamar Trikem S/A, em 1996. A última mudança de nome ocorreu em 2002, pela fusão de seis empresas do setor (Copene, OPP, Trikem, Nitrocarbono, Proppet e Polialdem). Daí decorre o nome pelo qual hoje se conhece a empresa, Braskem S/A, que em Alagoas sedia a unidade Braskem Cloro Soda. (Diodato, 2017, p. 51).

efeitos biológicos destruidores [...]” (Vieira, 1997, p. 26) que se manifestam de modo agudo ou crônico, trazendo o potencial “[...] desencadeamento de processos cancerígenos” (Vieira, 1997, p. 26). Para a autora, a epícloridrina tem o potencial de causar “[...] esterilidade e lesões no fígado [...]” (Vieira, 1997, p. 26), e o dicloretano é altamente cancerígeno.

Diante de tantos problemas, a gestão da Secretaria Executiva de Controle e Poluição⁴ posicionou-se contrariamente à implantação do empreendimento, pois os estudos indicavam que a atividade mineradora e seu benefício poderiam desencadear “[...] a subsidência do solo, a coalescência das minas, e havia riscos de explosão e contaminação nos arredores da indústria” (Santos; Lima; Bulhões, 2022, p. 11). No entanto, todas as preocupações com a preservação ambiental foram ignoradas pelo governo alagoano que, respaldado pela gestão da ditadura empresarial-militar, outorgou a liberação dos empreendimentos.

A implantação da indústria cloroquímica alagoana vem no bojo do projeto desenvolvimentista e visava à execução de políticas de desenvolvimento para a região Nordeste, que enfrentava uma profunda crise econômica, principalmente em comparação com a região Sudeste, que era o polo dinâmico da industrialização (Diodato, 2017).

A justificativa da criação da Salgema, portanto, inclui, na sua argumentação, elementos de uma ideologia desenvolvimentista, e o Estado cumpre um papel fundamental como coartífice do padrão de acumulação e na produção do espaço urbano da cidade, pela alocação de uma indústria química na área urbana. Coerentemente com a estratégia de desenvolvimento nacional, é dada prioridade à criação de infraestrutura produtiva, no caso, da produção de insumos básicos, em detrimento das condições ambientais e de segurança para os moradores da cidade (Vieira, 1997, p. 24).

Assim, o projeto do PCA deveria contribuir para a desconcentração das indústrias que até então se localizavam prioritariamente na região Sudeste, acelerando a industrialização no Nordeste, defasada em pelo menos três décadas. Contudo, o projeto foi implantado à revelia dos interesses sociais, colocando em xeque o meio ambiente e a saúde dos maceioenses, ameaçando de extinção o modo de vida da comunidade do Pontal, cujas atividades de subsistência estavam tradicionalmente ligadas à laguna Mundaú. Ademais, os riscos da retirada das camadas do subsolo também foram ignorados, legando para a contemporaneidade o enfrentamento de tamanha problemática.

Outro ponto que se destaca está no fato de que a produção do Polo Cloroquímico alagoano visava ao abastecimento de outras regiões industriais onde havia um desenvolvimento capitalista mais sofisticado (Machado; Lima, 2016), como o Polo Petroquímico de Camaçari, localizado na Bahia.

Desse modo, é possível afirmar que:

A instalação do Polo Cloroquímico de Alagoas, respeitando suas particularidades, segue a mesma tendência geral da industrialização brasileira: retardatária e com a manutenção da predominância da agroexportação, que absorveu a maior parte do capital industrial e financeiro (Machado; Lima, 2016, p. 171).

⁴ O episódio Gregos e Alagoanos, do podcast Rádio Novelo Apresenta (2024), expõe o desenrolar da implantação da Salgema nas Alagoas. Neste episódio, há uma entrevista com José Geraldo Marques, então gestor da Secretaria Executiva de Controle e Poluição, que explana o quão violento foi o processo.

Não se trata aqui de negar o potencial da indústria química em Alagoas, e sim de observar que suas atividades reafirmam a continuidade de um desenvolvimento voltado para o abastecimento externo, sobretudo de produtos primários (Machado; Lima, 2016). É um fato que Alagoas tem grande relevância no cenário petroquímico nacional, uma vez que a Braskem tem a maior planta industrial para o processamento de cloro-soda e Policloreto de Vinila (PVC) de toda a América Latina (Diodato, 2017), sendo a sexta maior petroquímica do mundo (Braskem, 2024). Contudo, o avanço tecnológico promovido por este parque industrial não altera substancialmente as tradicionais estruturas produtivas alagoanas, visto que não há transferência de tecnologia, nem muito menos promoção de bem-estar significativo para a população (Machado; Lima, 2016).

Ainda que a implantação do PCA tenha realizado a integração entre a “nova indústria”, representada pelo setor químico, e a “indústria tradicional”, representada pelo setor sucroalcooleiro (Lopes, 2018b, p. 147), com o aproveitamento do álcool na produção de eteno pela Salgema, é certo que o empreendimento não estabeleceu profundas alterações na estrutura social alagoana. Não se pode negar que a instalação do PCA foi um importante vetor na dinâmica do estado, principalmente se considerada a cidade de Maceió. Um exemplo significativo desta influência está no fato de que ele é um dos elementos que contribuem para a concentração populacional na capital, mormente a partir da década de 1970, quando a cidade passou a receber contingentes populacionais que empreenderam o êxodo rural em decorrência da “[...] expansão da agroindústria sucroalcooleira pelos tabuleiros costeiros” (Lopes, 2018b, p. 171).

Dito isso, afirma-se que a implantação da indústria química cumpre um importante papel na economia alagoana, dinamizando os fluxos “[...] de pessoas, mercadorias e serviços [...]” (Lopes, 2018b, p. 76), principalmente em Maceió, mas o faz sem alterações estruturais para a sociedade alagoana. A questão foi resumida por Lustosa (1997), ao afirmar que é inegável que o PCA contribuiu para avolumar a acumulação capitalista, tanto no nível local quanto nacionalmente. Entretanto, ainda que tenha gerado um real crescimento econômico, sua implantação não trouxe mudanças profundas para a população alagoana, pois não gerou desenvolvimento social efetivo.

O crime socioambiental em curso na capital alagoana é derivado da lavra do sal-gema no solo da cidade. Para que ocorresse o seu beneficiamento era necessária sua extração, feita mediante a perfuração de poços onde são introduzidos três tubos que vão da superfície ao leito da salmoura. Por um destes tubos é injetada água que dissolve o sal, permitindo sua extração por outro tubo; o tubo que sobra possibilita o controle e a medição do poço (Teixeira *et al.*, 2020). Ao esgotar seu potencial, a mina é desativada.

Esse processo ocorreu nas 35 minas exploradas ao longo das quatro décadas desde a implementação da indústria até o início dos eventos no bairro do Pinheiro. O problema é que se retirava uma camada do solo para o aproveitamento industrial, e o lugar que outrora era ocupado pelo mineral foi ficando vazio⁵. Assim se processou a calamidade em Maceió, uma

⁵ Para mais elementos sobre o tema, indica-se o episódio *Maceió afundando*, do podcast Geografia em Meia Hora (2023). Nesse episódio encontram-se alguns aspectos importantes sobre como se dava a mineração de sal-gema em Maceió: as minas eram exploradas até que se tornassem muito próximas umas das outras; outro ponto de destaque é a ausência de legislação que regulamente isso no Brasil.

vez que a implantação da indústria química alagoana considerou os interesses do capital e relevou os impactos socioambientais que a atividade acarretaria. Após os eventos de março de 2018, a situação se intensificou e a população passou a cobrar respostas do poder público.

O Serviço Geológico do Brasil, através da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), empreendeu então uma série de estudos no bairro do Pinheiro e adjacências com a finalidade de descobrir o que estava ocasionando o problema. A caracterização do fenômeno em campo iniciou-se a partir de junho de 2018, momento em que houve a elaboração do *mapa de feições de instabilidade do terreno*, que foi sendo atualizado conforme a identificação de uma nova área de instabilidade, como ocorreu nos anos seguintes. Os trabalhos de campo iniciaram-se com a liberação de recursos, em outubro de 2018, e terminaram em agosto de 2019, com a instalação de equipamentos para monitoramento das águas subterrâneas (Brasil, 2019).

Nestes estudos, a CPRM (Brasil, 2019) considerou o contexto da região estudada, englobando seus aspectos físicos – o contexto geológico e geomorfológico – e aspectos sociais, como a ocupação desordenada dos bairros, e a exploração mineral do sal-gema que ocorria em área urbana. Desta forma, foram levantadas quatro hipóteses de investigação. São elas:

- Hipótese 1: Características geotécnicas dos solos da região e forma de ocupação do bairro;
- Hipótese 2: Presença de vazios (cavidades, cavernas) no solo e subsolo da região decorrente de causas naturais ou de ações antrópicas;
- Hipótese 3: Estruturas/feições tectônicas ativas na região (falhas, descontinuidades, por exemplo);
- Hipótese 4: Exploração de água subterrânea (Brasil, 2019, p. 12).

A primeira e a última hipótese foram descartadas pelos estudos realizados. Já a segunda e a terceira hipóteses se complementam para formar aquele que tem se constituído como o maior crime geológico da história do país. Todos os métodos utilizados pela CPRM apontaram que a retirada do sal-gema formou imensas cavernas no subsolo e que estas cavernas, por falta de sustentação, vão se deformando, ocasionando os afundamentos de solo e o surgimento de crateras nas ruas e rachaduras em construções. Com isso, podemos afirmar a existência de “[...] evidências que comprovam que a deformação nas cavernas da mineração teve papel predominante na origem dos fenômenos que estão causando danos na região estudada” (Brasil, 2019, p. 37). O estudo aponta ainda que o processo em questão não está concluído, indicando que as deformações permanecem em curso, podendo nos tempos vindouros chegar ao colapso. Fazem-se necessários a interdição e o monitoramento de toda a área afetada no presente⁶.

A terceira hipótese visava analisar a relação entre as feições tectônicas ativas na região e os problemas investigados. As análises concluíram que os eventos sísmicos relatados no bairro

⁶ Um dos momentos mais impactantes deste crime se deu com o desabamento da mina 18, localizada sob a laguna Mundaú, no bairro do Mutange. A mina rompeu no dia 10/12/2023, mas os dias que antecederam a esse momento entraram para história da cidade pela tensão coletiva sentida. Eram divulgados horários na imprensa para tal desfecho e havia muito sensacionalismo ao se levantar os possíveis impactos que o desabamento traria. Na ocasião, as equipes da Braskem aproveitaram para retirar alguns moradores que ainda se recusavam a sair de suas casas, fazendo inclusive abordagens noturnas, causando medo e desespero nos atingidos (Seixas, 2023).

do Pinheiro não apresentavam características de atividades tectônicas tradicionais. Entretanto, a região contém falhas que já eram esperadas, dado o seu contexto geofísico. Desse modo, o que se identificou foi a correlação entre estas falhas preexistentes e os vazios no solo deixados pela mineração, que se somaram e desencadearam a atividade sísmica na cidade de Maceió, contribuindo para a instabilidade da região (Brasil, 2019).

Não restam dúvidas de que a mineração do sal-gema desencadeou a calamidade que tem afetado – até o momento – os bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol, ocasionando o deslocamento em massa de milhares de famílias. Resta a essas pessoas buscarem reconstruir suas vidas após este crime que lhes tirou o teto e o chão.

A Braskem hoje trabalha nos compromissos firmados com o poder público do estado de Alagoas no início de 2021, que incluem o *Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação* das famílias que residiam e/ou possuíam imóveis nas áreas que estão no plano de desocupação e monitoramento, além do acordo socioambiental para reparação urbanística, estabilização e monitoramento do fenômeno geológico. O acordo também gerou muitas polêmicas por parte da população afetada, que tem denunciado sua unilateralidade, pois a Braskem é quem dita os termos, além de que o acordo atesta que a empresa não é responsabilizada pelo crime.

Outro ponto bastante polêmico é que o pagamento dos valores compensatórios referentes aos imóveis desocupados em decorrência do crime garante à Braskem a transferência do direito de posse sobre o bem. Assim, além de coagidos a sair de seus imóveis, as vítimas acabam coagidas a vender seu patrimônio como única forma de receber a compensação por sua perda. Ainda que o acordo firmado impeça que a Braskem construa na área, pode-se inferir que não é a troca de nada que a empresa garantiu a posse de aproximadamente 274 hectares da área afetada. A subsidência que provocou a evacuação é um fenômeno que com o tempo tende a se estabilizar, fazendo com que aquela região se torne futuramente uma área estável e segura. Qual destino aguarda a região? Será que ela se converterá em mais uma possibilidade de lucro? São muitas as questões, há poucas respostas e muitas batalhas a serem travadas contra os interesses destrutivos da dinâmica de reprodução do capital em terras alagoanas.

A cidade de Maceió já acumula perdas inestimáveis de diversos equipamentos sociais, além de perdas de seu patrimônio histórico-cultural e impactos ambientais que são difíceis de mensurar. São perdas sociais, urbanísticas e ambientais sem precedentes na história alagoana e do Brasil. Os moradores dos bairros afetados também somam perdas incalculáveis, que vão desde as questões dos acordos financeiros propostos pela Braskem, que não necessariamente correspondem ao valor dos imóveis, assim como perdas subjetivas, das histórias de vida que tiveram como palco as casas e ruas hoje abandonadas e interditadas.

A seguir, serão debatidos os deslocamentos da população afetada, investigando-se os caminhos que seguiram aqueles que foram afetados diretamente pelo crime e que tiveram de reconstruir sua história de vida em outro local.

O PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E APOIO À REALOCAÇÃO: ALGUNS IMPACTOS SOBRE A CIDADE DE MACEIÓ

Neste tópico, trazem-se algumas reflexões acerca dos deslocamentos desencadeados em consequência da atividade mineradora que explorou as minas de sal-gema no subsolo maceioense. Diante das conclusões obtidas pela CPRM, a Braskem (2019) lançou nota à imprensa ofertando solidariedade formal às famílias atingidas e se comprometendo a continuar com as ações emergenciais que já executava na região, ações essas que visavam ao acompanhamento da situação, muito embora não assumisse a culpa pelos impactos que a atividade gerou, assim como tampouco foi formalmente acusada pelo Estado. Além disso, a empresa asseverou que compararia as conclusões da CPRM com estudos independentes que estavam em curso.

Em novembro de 2019, a Braskem anunciou o encerramento definitivo da mineração em Maceió e o fechamento das minas⁷. Também foi anunciada a criação de uma área de resguardo na região, demandando a desocupação inicial de cerca de quinhentos imóveis e a remoção de 1.500 pessoas. Outros espaços foram posteriormente anexados à área de resguardo, abrangendo um total de aproximadamente 274 hectares (Santos; Lima; Bulhões, 2022). Isso acarretou o aumento do número de pessoas diretamente impactadas: em números atuais, são 14.546 imóveis desocupados e cerca de 60 mil pessoas que precisaram se deslocar.

A partir daí foi estabelecido o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, executado em dois momentos. O primeiro momento é a realocação que se inicia após a assinatura do Termo de Compromisso, no qual o morador se compromete a deixar seu imóvel e a Braskem se compromete a pagar os auxílios para a realocação. Chama-se atenção para esse momento, pois aqui o morador tem como alternativa para a compensação do dano sofrido a entrega prévia de seu imóvel. O primeiro auxílio financeiro pago serve para o custeio da mudança e tem o valor de R\$ 5 mil (cinco mil reais). Após a realocação, é pago um valor de R\$ 1 mil (mil reais) como auxílio aluguel. Este auxílio, a princípio, deveria ser pago por um semestre até o pagamento da compensação financeira e até dois meses após o fim das negociações, mas, na prática, o tempo de espera excede em muito a previsão inicial, tendo como prazo máximo 24 meses. Outro ponto a se ressaltar é que o pagamento do auxílio aluguel só cobre a população atingida até as negociações da compensação financeira pelo imóvel, cessando independentemente de que se obtenha êxito ou não nessas negociações.

O segundo momento do Programa de Compensação Financeira é o pagamento daquilo que deveria corresponder aos prejuízos causados. O atingido é acompanhado por advogado – cujos honorários são pagos pela Braskem – ou defensor público. Aqui também há a figura do facilitador: um sujeito ligado à Braskem que tem o papel de identificar as características do imóvel, as benfeitorias nele existentes, contribuindo também com orientações acerca dos documentos necessários ao cálculo e pagamento da indenização. Essa é uma etapa bastante burocrática, pois demanda a organização e a regularização de toda a documentação do imóvel e dos atingidos, visto que a homologação do acordo depende disso. Caso a proposta

⁷ O fechamento das minas cuja exploração causou a subsidência em Maceió acabou por causar outros crimes ambientais, pois o preenchimento das cavidades subterrâneas está sendo feito com areia retirada de forma exploratória de áreas dos municípios de Satuba, Marechal Deodoro e Barra de São Miguel.

apresentada seja aceita, o valor correspondente ao acordo é depositado na conta fornecida pelas vítimas em até cinco dias úteis.

Chama atenção que mesmo sem reconhecer para a sociedade a culpa do crime ambiental que subsidiou suas atividades ao longo de quatro décadas, a Braskem assumiu o compromisso de compensar os que diretamente foram prejudicados em decorrência da mineração de sal-gema. Parece que a empresa visa atenuar sua imagem junto à sociedade, pois apesar de não ter sido formalmente acusada, decidiu amenizar os danos causados por meio de um acordo com o Estado. O nome do programa carrega em si certo eufemismo, uma vez que suaviza a situação por meio de uma *compensação* aos atingidos. No entanto, pagar por imóveis inutilizados por sua própria ação não anula nem corrige o dano causado pela mineração.

A partir de janeiro de 2020 foram instituídas as primeiras retiradas populacionais. É importante notar que o perfil da população atingida é bastante heterogêneo, agregando os mais diversos estratos sociais que compõem a sociedade alagoana. O impacto sobre essas populações é sentido de forma heterogênea. Desse modo, é possível identificar que as alternativas postas para a realocação também foram diferenciadas. Para ilustrar essa diversidade de tratamento, observa-se o que foi posto como alternativa para as primeiras populações a sofrerem com a realocação: os moradores do Mutange e do Bom Parto, ambos bairros majoritariamente ocupados por pessoas empobrecidas que já enfrentavam uma diversidade de problemas sociais. Como alternativa, foi-lhes oferecido um repasse pecuniário fixado em R\$ 81.500,00 por imóvel ou uma unidade habitacional num dos dois conjuntos do programa Minha Casa Minha Vida, cuja localização se acha a mais de 10 km de distância de onde viviam originalmente (Santos; Lima; Bulhões, 2022).

A parcela da população mais abastada que vivia na região foi a primeira a buscar refúgio em outras localidades, afinal, havia a possibilidade real do colapso do Pinheiro e entorno. Além dessa ameaça, a região passou a sofrer bastante com danos estruturais nos imóveis e nas ruas. Esse constante clima de terror fez com que aqueles que detinham maior poder aquisitivo buscassem por conta própria novas moradias em nome de sua segurança. O impacto do deslocamento dos mais abastados se refletiu no mercado imobiliário com o aumento de 14% em imóveis alugados nos anos de 2018 e 2019 (Santos; Lima; Bulhões, 2022).

As oscilações de oferta e procura acabaram incidindo nos preços praticados no mercado imobiliário maceioense na totalidade. Num curto espaço de tempo, foi necessário realocar milhares de pessoas que precisavam se estabelecer num novo local. Isso impulsionou a alta dos preços tanto de aluguel, onde a alta foi sentida primeiro, como também nos preços dos imóveis ofertados para venda.

Desse modo, é importante identificar

[...] como o mercado imobiliário responde e beneficia-se simultaneamente diante desse grande êxodo intraurbano na capital. *A priori*, verifica-se que há uma grande e urgente demanda por moradia, como também uma grande injeção de capital no mercado imobiliário, em consequência do acordo firmado entre Braskem e moradores para as compensações financeiras às propriedades. Logo, entende-se que as ações do mercado a partir das implicações da subsidência do solo tendem a potencializar, diante da tragédia, as estratégias de obtenção de lucro, impactando negativamente na garantia do direito à cidade. (Santos; Lima; Bulhões, 2022, p. 15).

Os preços de aluguel no bairro do Farol exemplificam bem essa lógica. Por ser vizinho ao Pinheiro, o Farol se constituía como um refúgio óbvio entre as vítimas que pretendiam continuar morando próximo de seu antigo lar. Assim, não foi à toa que o preço do aluguel no bairro sofreu um aumento de 22% em 2020, chegando a 47% em 2021. No entanto, essa alta nos preços de aluguel não ficou restrita aos bairros vizinhos à zona atingida: em Cruz das Almas, os preços praticados tiveram alta de 82% (Santos; Lima; Bulhões, 2022).

O que não acompanhou a alta do preço do aluguel foi o auxílio disponibilizado pela Braskem, que nunca ultrapassou o valor estabelecido desde que foi instituído o Programa de Realocação. Nesta conjuntura, o preço do metro quadrado em Maceió também subiu, fazendo com que a cidade figurasse nos últimos anos entre aquelas onde ocorreu a maior alta do valor do m², que chega atualmente a custar em média algo em torno de R\$ 7.255 (Borges, 2023).

Esses aspectos, somados à forma como é conduzido o processo de realocação, são verdadeiros obstáculos para a retomada da vida daqueles que foram diretamente impactados pelo crime, pois as flutuações do mercado imobiliário não são uma variável presente no cálculo das indenizações. Assim, dificilmente as vítimas recebem como compensação ao dano sofrido um valor compatível para a compra de um imóvel com as mesmas características do que possuíam. A compensação financeira paga pela Braskem é formal, homologada pela Justiça e referendada pelo Estado, mas não é uma compensação real, uma vez que não se traduz como uma compensação efetiva aos danos materiais sofridos, muito menos aos danos subjetivos do processo⁸.

A alta nos preços dos imóveis em Maceió é uma problemática que acomete todos os que vivem na capital alagoana, impactando o orçamento dos que vivem em espaços alugados, assim como aqueles que pretendem adquirir um imóvel. Entretanto, por mais contraditória que pareça, tal conjuntura aparece no Plano de Ações Sociourbanísticas⁹ como “[...] um processo de reaquecimento do mercado” (Diagonal, 2022a, p. 433). Tal afirmação expressa o cinismo de anunciar oportunidades num cenário de profunda crise e destruição. Não é à toa que a palavra *oportunidade* aparece exaustivamente no referido relatório, enquanto palavras mais condizentes com a realidade maceioense após os impactos da mineração, como *dano* e *desastre*, figuram de modo muito mais tímido (Prates; Padilha; Souza, 2022), reforçando a suavização da situação que o discurso da Braskem tenta imprimir ao crime.

É importante destacar que os danos ultrapassam sobremaneira aqueles que foram diretamente atingidos com a perda dos imóveis da região, pois toda a sociedade perdeu com a desativação de diversos equipamentos sociais. Na longa lista de equipamentos sociais desativados, destacam-se 24 relativos à saúde, entre eles quatro hospitais (Casa de Saúde Miguel Couto, Hospital Sanatório, Hapvida e Hospital Escola Portugal Ramalho); 24 escolas (sendo cinco municipais e 12 estaduais); 17 equipamentos institucionais, entre eles a sede do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA); quatro praças públicas e uma estação

⁸ Um ponto bastante sensível no contexto deste crime é a saúde mental da população diretamente atingida. Há diversos relatos de adoecimento mental, chegando mesmo ao desenlace fatal do suicídio, que atualmente já acometeu 12 pessoas, conforme noticiado pelo Jornal de Alagoas (Crime..., 2023).

⁹ O Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS) foi elaborado pela Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios, empresa contratada pela Braskem, sendo organizado para atender ao que foi definido no Termo de Acordo Socioambiental, estabelecido em dezembro de 2020 entre a Braskem, o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual (MPE) para que fosse extinta a Ação Civil Pública Socioambiental movida pelo MPF por ocasião da subsidência do solo maceioense.

ferroviária (Santos; Lima; Bulhões, 2022). Esta lista inclui ainda o cemitério Santo Antônio, que não recebe sepultamentos desde 2020, sendo um fator que corrobora para a crise funerária enfrentada na cidade.

Do total de imóveis impactados pelo crime da mineração, 76% eram de uso estritamente residencial; os outros 24% abrigavam diversos usos: atividades econômicas (incluindo os imóveis que serviam simultaneamente para moradia e comércio), atividades religiosas, e institucionais (Diagonal, 2022b). Os bairros foram afetados em diferentes proporções, mas todos foram descaracterizados e convertidos total ou parcialmente numa região predominantemente desabitada que aguarda a completa demolição, que já se iniciou.

O Mutange teve 100% de seus imóveis afetados, o que demandou sua completa desocupação. Já o Pinheiro foi o bairro com o maior número de imóveis atingidos, com o total de 6.746, correspondendo a 63,5% da área total do bairro. A tabela abaixo foi elaborada pela Diagonal (2022b) e revela a extensão da desocupação em cada bairro afetado.

Tabela 1 - Bairros afetados – Área total, área afetada e quantitativo de imóveis atingidos

Bairros	Área dos Bairros – km ²	% da área afetada	Imóveis realocados/selados ou em monitoramento
Bebedouro	2,25 (área total)	37,3	3.949
	0,79 (área urbanizada)	82	
Bom Parto	0,56	20	1.865
Farol	2,9	11,7	1.049
Mutange	0,53	100	923
Pinheiro	1,97	63,5	6.746
Total			14.532

Fonte: Diagonal (2022b, p. 22). O número de imóveis realocados é referente a dezembro de 2022.

De modo geral, os dados amostrais recolhidos dão conta que 88% das famílias atingidas permaneceram no município de Maceió, reafirmando a tendência de concentração demográfica que a capital alagoana tem, o que corresponde a um contingente de cerca de mais de 30 mil pessoas. Os 12% restantes correspondem a famílias que se fixaram fora de Maceió: 8% em municípios da região metropolitana da capital alagoana e 4% que se fixaram em cidades do interior de Alagoas ou em outros estados do Brasil (Diagonal, 2022b, p. 28-29).

Investigar os rumos tomados pelos atingidos desde a realocação é uma tarefa difícil, porém de suma importância para a compreensão da dinâmica da cidade após o crime socioambiental. Para tal, usar-se-á como referência os dados dispostos pela Diagonal, obtidos no acompanhamento às famílias inseridas no Programa de Compensação Financeira. Aqui, cabe destacar a dificuldade de acesso aos números exatos dos deslocamentos dos moradores

vítimas do crime ambiental, que estão de posse da empresa e vieram a público via relatórios como os que subsidiam este trabalho.

Para compreender como são apresentados os fluxos demográficos provisórios e definitivos no relatório estudado, cumpre apreender os três núcleos focais¹⁰ tomados como referência. O primeiro núcleo focal (NF1) é aquele que designa a região que compreende a área de resguardo e que sofreu a consequente desocupação dos imóveis e realocação dos moradores. O segundo núcleo focal (NF2) é constituído pela região que margeia a área desocupada e que, por isso, foi impactada pelo fenômeno geológico e suas consequências. É composta pela parcela dos bairros afetados, que ficou fora da área de resguardo, e de bairros vizinhos, como Chã de Bebedouro, Chã da Jaqueira, Gruta de Lourdes e Pitanguinha. O terceiro núcleo focal (NF3) é formado pelas principais regiões que absorveram os atingidos pela desocupação e que se situam mais distante da área de resguardo. Os bairros que compõem o NF3 são: Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins, Santa Lúcia, Clima Bom, Benedito Bentes, Petrópolis, Santo Amaro, Canaã e Serraria. A importância das regiões situadas nos NF2 e NF3 se justifica pelo fato de essas áreas abrigarem 70% da população realocada. Os outros 30% são distribuídos difusamente entre outros bairros de Maceió, outras regiões de Alagoas e do Brasil (Diagonal, 2022b, p. 5-6).

Na busca de moradia definitiva, dez bairros ganham destaque como os mais procurados. São eles: Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins, Santa Lúcia, Serraria, Farol, Gruta de Lourdes, Clima Bom, Jatiúca, Benedito Bentes e Santa Amélia. Nesse aspecto, o Cidade Universitária ganha destaque como o mais procurado, abrigando 8,7% dos realocados. Abaixo temos a tabela 2, referente à proporção de mudanças por bairro dos fluxos migratórios após a compensação (Diagonal, 2022b).

Tabela 2 - Proporção de mudanças definitivas por bairro de destino, segundo origem (%)

Bairros de Destino	Bairros de Origem					Totais
	Bebedouro	Bom Parto	Farol	Mutange	Pinheiro	
Bebedouro	0,5	0,0	0,0	0,1	0,1	0,7
Bom Parto	0,1	2,4	0,1	0,4	0,2	3,2
Chã da Jaqueira	1,2	0,3	0,1	0,8	0,5	3,0
Chã de Bebedouro	0,7	0,1	0,0	0,2	0,0	1,0
Farol	0,7	0,2	0,4	0,2	3,8	5,4
Gruta de Lourdes	0,5	0,0	0,1	0,1	3,8	4,5
Levada	0,1	0,5	0,0	0,1	0,1	0,7

¹⁰ Há ainda o quarto núcleo focal (NF4), que é a própria cidade de Maceió: “[...] território de referência para contextualização e análise das políticas setoriais, planos e programas municipais, estaduais e/ou federais, que dialogam com os temas foco dos estudos” (Diagonal, 2022b, p. 7). No caso, o NF4 faz um debate mais geral, que aqui não será objeto de avaliação.

Pinheiro	0,3	0,0	0,0	0,0	1,9	2,4
Pitanguinha	0,1	0,1	0,1	0,1	0,9	1,4
Total NF – 2	4,3	3,6	0,9	2,1	11,4	22,3
Benedito Bentes	0,8	0,8	0,2	0,9	1,6	4,2
Canaã	0,3	0,1	0,1	0,5	0,9	1,9
Cidade Universitária	2,6	1,9	0,4	1,2	2,6	8,7
Cima Bom	1,5	0,6	0,3	0,8	1,1	4,3
Jacintinho	0,5	0,5	0,1	0,3	0,4	1,7
Jardim Petrópolis	1,1	0,1	0,1	0,5	1,0	2,7
Petrópolis	0,9	0,1	0,0	0,4	0,8	2,2
Santa Amélia	1,8	0,4	0,1	0,4	1,2	3,9
Santa Lúcia	1,3	0,5	0,2	1,4	3,1	6,5
Santo Amaro	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2
Serraria	1,0	0,1	0,1	0,2	4,2	5,7
Tabuleiro do Martins	2,3	0,4	0,4	1,1	3,3	7,5
Vergel do Lago	0,2	0,5	0,0	0,1	0,1	1,0
Total NF – 3	14,4	6,0	2,2	7,7	20,2	50,5
Total Demais Bairros	4,7	3,0	1,0	2,1	16,4	27,2
Total Geral	23,4	12,7	4,1	11,9	48,0	100,0

Fonte: Diagonal, Pesquisa Pós-compensação (2022b, p. 30-31).

Nota: Total de 6.083 famílias que permaneceram morando em Maceió e informaram em setembro de 2022 seus endereços ao pesquisador.

Pode-se observar que uma parte considerável da população realocada buscou moradia em Maceió, mas acabou se deslocando para uma região mais distante daquela em que outrora morava. Aponta-se como fator determinante na escolha desses bairros a inflação no mercado imobiliário maceioense, pressionando para cima o preço dos imóveis. Nesse quadro, cabe ressaltar que “[...] os bairros com imóveis mais baratos coincidem majoritariamente com aqueles de maior vulnerabilidade social” (Diagonal, 2022a, p. 340).

Outro elemento que merece destaque é que os bairros periféricos onde a população atingida se fixou podem ser caracterizados por terem problemas na estrutura de serviços básicos (como saúde, educação e assistência social). Historicamente, essas regiões sofrem com a fragilidade e a carência de serviços, visto que há relatos de “[...] limitação da capacidade dos serviços de Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidades, assim como dos serviços voltados à primeira infância e às pessoas idosas” (Diagonal, 2022b, p. 34). Considerando a fragilidade dos serviços preexistente, somada ao aumento da demanda ocasionada pelo fluxo migratório, chama-se atenção para a tendência de aprofundamento de

problemas históricos e para a necessidade urgente de investimento na rede de serviços dessa região, ocupada por um grande quantitativo de inscritos no Cadastro Único, com renda *per capita* menor que meio salário mínimo (Diagonal, 2022a).

Sobre a parcela dos realocados que se mudaram para a região metropolitana de Maceió, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contêm algumas informações relevantes. O último censo, ocorrido em 2022, mostra que algumas cidades da região metropolitana, especialmente Satuba, Marechal Deodoro, Rio Largo e Paripueira, apresentaram um expressivo crescimento populacional. Com crescimento de 95,1%, Satuba figura como a 8ª cidade brasileira com a maior taxa de crescimento populacional. A população de Rio Largo cresceu 32,88%, média de crescimento muito próxima à apresentada por Marechal Deodoro, cuja população teve um acréscimo de 31,19%. Já a população de Paripueira teve um acréscimo de 20,93% (Rodrigues; Leão, 2023).

Em contrapartida, a capital alagoana teve um tímido crescimento populacional; segundo o censo 2022, foram acrescidos 2,71% à população contabilizada em 2010. Reforça-se que não se está a afirmar que a população dessas cidades cresceu em decorrência direta do crime desencadeado pela mineração, contudo, acredita-se que o crime se constitui como uma das linhas de força que corroboram para o acréscimo populacional na região metropolitana de Maceió, enquanto na capital alagoana o crescimento foi bem mais tímido.

Por fim, traz-se uma análise sobre o andamento do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, buscando os números disponibilizados pela Braskem, que foram atualizados em 30/4/2024. Em relação ao total de imóveis abrangidos pelo programa, cerca de 14.546 foram desocupados. É importante salientar que uma minoria das vítimas se recusou a sair de seu imóvel, fazendo de sua existência um ato de resistência. Mais de 19 mil propostas de compensação foram apresentadas, e 18.106 propostas foram acatadas e pagas.

A empresa explica que a diferença entre o número de propostas apresentadas e aceitas se deve ao prazo que as famílias têm para analisar a proposta e solicitar a reanálise dos valores propostos. Somados o pagamento das compensações e os demais auxílios, ao todo foram pagos mais de R\$ 4 bilhões. Contudo, o pagamento desses acordos não encerra as injustiças do processo, nem aplaca as incertezas do futuro. A cidade de Maceió ainda tem muito a discutir; cumpre revisitar seu passado, refletir sobre o seu presente e planejar um futuro no qual a cidade se volte para o interesse das pessoas que nela vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que a indústria química alagoana foi implantada sem considerar os problemas sociais e ambientais que a atividade ocasionou, ainda que seus riscos fossem conhecidos. O aprofundamento do solo que fez Maceió protagonizar o maior crime ambiental em solo urbano da história brasileira já era apontado como possibilidade desde os estudos prospectivos para a implementação da atividade, mas esse perigo foi completamente ignorado. Prevaleceu a necessidade predatória do capitalismo, que tem na degradação do ambiente um mero dano colateral passível de solução via acordos com o Estado, de modo a resguardar os interesses do capital em detrimento dos interesses sociais.

Esse é o caso do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, que institui a desocupação dos bairros afetados pela mineração. Nele se atesta que a empresa não está sendo responsabilizada pelos danos que a mineração causou em Maceió, muito embora ela aceite recompensar os atingidos pelo crime. Tal acordo se constitui como uma troca nada equivalente, na qual os atingidos passam a posse de seus imóveis para a empresa e recebem por isso uma quantia determinada pela Braskem. Assim, resta o questionamento de qual será o futuro dessa área. Decerto, é bastante problemática a possibilidade de que os 274 hectares se convertam nalgum empreendimento que possa gerar lucro. A região ainda não tem nenhum plano público para uso; espera-se que os interesses da sociedade prevaleçam nesta questão.

Para as vítimas, o acordo é considerado a única possibilidade para recomeçar a vida. Viu-se que a maioria deles buscou se restabelecer na cidade de Maceió, fixando-se majoritariamente nos bairros que margeiam a área desocupada e principalmente em regiões periféricas para onde foram levados em busca de moradias mais baratas, num contexto em que Maceió passou a constar nas listas de cidades com o metro quadrado mais caro do país. Nos dois casos impõe-se a preocupação com a ocupação da cidade, que tende a ficar mais desordenada e com serviços mais precários, penalizando a sociedade em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

- Borges, H. Preço de imóveis em Maceió tem a 4ª maior alta do país em 2023. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 4 mar. 2023. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/economia/399341/preco-de-imoveis-em-maceio-tem-a-4-maior-alta-do-pais-em-2023>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- Brasil. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). **Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL): ação emergencial no bairro Pinheiro - Relatório síntese dos resultados nº 1**. Vol. I. Brasília (DF): CPRM, 2019. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/21133/1/relatoriosintese.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- Braskem. **A Braskem: perfil e história**. Maceió, 2024. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/perfil#:~:text=A%20Braskem%20%C3%A9%20uma%20empresa,6%C2%AA%20maior%20petroqu%C3%ADmica%20do%20mundo>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- Braskem. **Nota à imprensa sobre laudo do CPRM**. Braskem, 8 maio 2019. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/noticia-alagoas/nota-a-imprensa-sobre-laudo-do-cprm>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- Crime da Braskem provoca suicídios em massa e empresa "ganha" área nobre em Maceió, aponta reportagem. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 29 set. 2023. Disponível em: <https://www.jornaldealagoas.com.br/geral/2023/09/29/21812-crime-da-braskem-provoca-suicidios-em-massa-e-empresa-ganha-area-nobre-em-maceio-aponta-reportagem>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Diagonal. **Documento Técnico Complementar ao Diagnóstico PAS** (Documento Técnico Complementar – Parte I), 2022b. Disponível em: <https://maisdialogos.com/documentos>. Acesso em: 27 jan. 2024.

Diagonal. **Plano de Ações Sociourbanísticas: Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS) Pós-escuta pública (Diagnóstico Técnico-Participativo - Revisão Pós-Escuta Pública)**, 2022a. Disponível em: <https://maisdialogos.com/documentos>. Acesso em: 27 jan. 2024.

Diodato, R. V. **Da concepção de um polo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2288/1/Da%20concep%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20polo%20cloroqu%C3%Admico%20ao%20desenvolvimento%20da%20cadeia%20produtiva%20da%20qu%C3%Admica%20e%20do%20pl%C3%Astico%20de%20Alagoas.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

Geografia em Meia Hora. **Maceió afundando**. [Locução de]: Vitor Augusto. Belo Horizonte: Terra Negra, 10 jul. 2023. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/ifiT6hr1poSpDPRGxpMHcB?si=TBI6yd9uSjOnZbwhF3Rfiw.&nd=1&dlsi=f54b4d612708427b>. Acesso em: 15 dez. 2023.

Gregos e Alagoanos. [Locução de:] Évilin Argenta. Entrevistados: Dirceu Buarque; Guilherme Cezar; Otávio Lemos; José Geraldo Marques. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 11 jan. 2024. Podcast (Rádio Novelo Apresenta). Disponível em: <https://radionovelo.com.br/originais/apresenta/gregos-e-alagoanos/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Lopes, G. C. L. de A. Continuidades e Mudanças da Estrutura Econômica Alagoana (1989 – 2017). **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió: FEAC, v. 5, n. 8, p. 1-21, dez. 2018a. Disponível em: <https://seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/8748>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Lopes, G. C. L. de A. **Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX**. 2018b. 198 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/994596>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Lustosa, M. C. J. **O Polo Cloroquímico de Alagoas**. Maceió: Edufal, 1997.

Machado, F. D.; Lima, M. C. O. de. **História econômica de Alagoas: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência**. Maceió: Edufal, 2016.

Prates, C. D.; Padilha, I.; Souza, N. N. F. de. Apresentação e contextualização do dossiê sobre as inconsistências das “escutas públicas”. In: Prates, C. D.; Padilha, I.; Souza, N. N. F. de

(Orgs.). **Dossiê crítico sobre as “escutas públicas” da empresa Diagonal, no âmbito do Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas – PAS.**

Maceió, 12 abr. 2023. Disponível em: https://www.agenciatatu.com.br/wp-content/uploads/Dossie_12-de-abril_OK-1.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

Rodrigues, C.; Leão, V. Satuba, AL, quase dobra número de habitantes e tem a 8ª maior alta do país, segundo o censo do IBGE. **G1 AL**. 28 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/06/28/satuba-al-quase-dobra-numero-de-habitantes-e-tem-a-8a-maior-alta-do-pais-segundo-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2023.

Santos, C. G. Dos; Lima, G. F.; Bulhões, J. A. Subsidência do solo e remoções forçadas em Maceió–AL: as disputas pela cidade. *In: Encontro nacional da ANPUR*, 19., 2022, Blumenau. **Anais [...]**. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT1_SEM_833_874_2021121609_2852.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

Seixas, J. 'Vocês precisam sair ou serão presos': as famílias obrigadas a deixar suas casas por risco de colapso de mina da Braskem em Maceió. **BBC News Brasil**, Maceió, 1 dez. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clwppij093jo>. Acesso em: 10 jan 2024.

Teixeira, A. F. de M. *et al.* A lógica do discurso ambientalista empresarial: da extração de sal-gema aos impactos no ambiente urbano. **Revista Movimentos sociais e dinâmicas espaciais**, Recife, v. 9, p. 27-42, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/243613>. Acesso em: 1 mar. 2021.

Vieira, M. do C. **“Daqui só saio pó”**: conflitos urbanos e mobilização popular – a Salgema e o Pontal da Barra. Maceió: Edufal, 1997.

Luana Cavalcante PINHO

Assistente social formada pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Mestre e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS/Ufal. Especialista em História da Alagoas pelo Instituto Federal de Alagoas (Ifal). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social (FSSO/Ufal).

Editoras responsáveis

Ana Targina Ferraz – Editora-chefe

Camilla dos Santos Nogueira – Editora Temática

Submetido em: 27/2/2024. Revisto em: 25/6/2024. Aceito em: 3/7/2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.